COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL N.º /2017.

PROJETO DE LEI N.º 43/2017.

OBJETO: Reconhece de utilidade pública a Associação Rural do Paiol.

AUTOR: VEREADOR ILTON CAMPOS.

RELATOR: VEREADOR PROFESSOR DIEGO.

Relatório

Trata-se do Projeto de Lei n.º 43/2017, de autoria do Vereador Ilton Campos que reconhece de utilidade pública a Associação Rural do Paiol.

Cumpridas as etapas do processo legislativo foi encaminhada a presente matéria a esta Comissão a fim de ser emitido parecer, sob a relatoria do Vereador Professor Diego, por força do r. despacho do Presidente desta Comissão.

2. Fundamentação

De acordo com o disposto no artigo 195 do Regimento Interno, após a conclusão da proposição em segundo turno, o projeto e emendas aprovados serão remetidos à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos para receber parecer de redação final.

Diante disso, dá a presente análise:

Conforme a Emenda n.º 1, em sede do parecer de justiça, a data da fundação da entidade foi alterada para 7 de abril de 2015 para sanar irregularidade, pois a mesma foi registrada no Cartório de Registro Civil, Pessoas Naturais e Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos desta cidade, sob n.º 1017, do livro A-30, pg 221, em 7 de abril de 2015 (16).

Considerando que o Código Civil Brasileiro prevê em seu artigo 45 que só começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo e que tal data, no caso em tela, se deu em 7 de abril de 2015 e o projeto apresentou a data de 23 de dezembro de 2014 (Ata de Fundação).

Diante do exposto, altera-se a data de fundação prevista no artigo 1º de 23 de dezembro de 2014 para 7 de abril de 2015, sem nenhum prejuízo para o reconhecimento do pretendido, mas, somente para cumprir o disposto no normativo federal.

3. Conclusão

Em face das razões expendidas, opina-se no sentido de que se atribua ao texto do Projeto de Lei n.º 43/2017, a redação final constante da minuta, em anexo, que, nos termos do que dispõe o artigo 147 do Regimento Interno, passa a integrar o presente parecer.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 18 de agosto de 2017; 73º da Instalação do Município.

VEREADOR PROFESSOR DIEGO
Relator Designado

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N.º 43/2017

Reconhece de utilidade pública a Associação Rural do Paiol.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 96, inciso VII da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Unaí decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Rural do Paiol, entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter social e socioeducativo, de duração por tempo indeterminado, fundada em 7 de abril de 2015, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o nº 22.849.390/0001-01.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Unaí, 18 de agosto de 2017; 73º da Instalação do Município.

VEREADOR ILTON CAMPOS
Líder do PHS